



CFAE Braga Sul (texto)



Nota prévia

No intuito de proporcionar uma discussão mais alargada e participada a respeito do tema sugerido pelo CNE de “como melhorar a Educação nos próximos anos em Portugal”, em sede de reunião da Comissão Pedagógica do Centro de formação de Associação de Escolas Braga/Sul, a Directora do Centro lançou o repto da discussão depois de apresentar um documento por si redigido, e que a seguir se apresenta, de molde a racionalizar o tempo da reunião, mormente da discussão que se seguiria.

Os participantes aderiram ao debate com entusiasmo, refutando alguns pontos do documento e acrescentando outros, do que se dará conhecimento no final do mesmo.

Uma reflexão sobre “como melhorar a Educação nos próximos anos em Portugal”

O Debate Nacional sobre Educação, promovido e dinamizado pelo CNE em todo o país, resultou da necessidade de rever o conceito de Educação como uma realidade que está dotada de temporalidade e condenada a sofrer na sua estrutura e na sua forma a evolução que sofrem as culturas nas diversas épocas.

Não é portanto despiciendo este debate, lamenta-se, todavia, que este surja no momento, de forma extemporânea, considerando-se o facto de certos subsistemas educacionais terem sido recentemente alvo de profundas mudanças e alterações, sem que tenha havido, para os mesmos fins, uma auscultação social geral e participada - referimo-nos ao ainda recente Estatuto da Carreira Docente aprovado em Conselho de Ministros e às almejadas mudanças no sistema de Gestão e Administração das Escolas que se percebem. Estes subsistemas, ou outros, estão intrinsecamente ligados com o subsistema de ensino/aprendizagem, logo à forma como se pode melhorar ou piorar a Educação. Motivação versus Desmotivação de professores em função das recentes alterações da carreira profissional, descentralização/desconcentração de serviços e funções na organização da escola, versus centralização/concentração na gestão e administração das mesmas são equações já lançadas em cima da mesa, de cujos resultados se poderá inferir se se está ou não a melhorar a Educação com a avaliação que for feita a posteriori.

Por outro lado, a escola esteve sempre alheia, ou quando muito, foi reflexo das mudanças societárias e culturais operadas ao longo dos últimos tempos, principalmente no pós 25 de Abril, com o rápido crescimento do sistema educativo. O papel da escola no combate à crise de valores, à falta de autoridade e disciplina na escola e na sala de aula tem sido um combate constante, mas inglório para a escola, sem ter reflexos na sociedade em que vivemos, esmagada pela concorrência dos mass-media e das grandes audiências de programas televisivos deseducativos, tais como reality-shows ou telenovelas que arriscam grosseiramente, e sem critérios, representar a "realidade" da escola (exemplo: Morangos com Açúcar).

Acresce que, desde a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), a escola foi alvo de várias reformas, quantas vezes eufemisticamente apelidadas de mudanças e/ou de inovações, a maior parte das quais instituídas por decreto, e preferencialmente remontando a reformas curriculares, ora mudando programas de ensino, ora mudando cargas horárias disciplinares, ora mudando as regras de avaliação e da aprendizagem dos alunos e os currícula em geral.

Sabe-se, hoje, que no 1º e 2º ano de implementação de uma reforma curricular, não é o currículo novo que está a ser implementado na sala de aula, mas o velho ligeiramente influenciado por alguns elementos do novo. Serão necessários, segundo David Pratt (1980) ([1]), completar três ciclos de inovação antes que seja completamente implementada.

([1]) David Pratt (1980): Design and Development. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, Publishers, p. p. 435-437 (Citado por Fernando A. Machado, Maria Fernanda Gonçalves e João Formosinho, 1991: Currículo e Desenvolvimento Curricular. Problemas e perspectivas. Col. Biblioteca de Educação e Ensino, Porto: Ed. ASA, p. 32)

Helen Simons ([1]) expressa, de forma radical, uma opinião similar, acrescentando as estratégias operacionais que são necessárias à mudança e inovação nas práticas: só após o período de oito a dez anos de implementação de uma nova reforma, esta deve ser avaliada, devendo ser constantemente acompanhada na fase de experimentação e implementação pelos serviços centrais.

([1]) Helen Simons (1981): "Avaliação e Reforma das Escolas". In Albano Estrela e António Nóvoa, 1993.

Logo, sugerimos que, já que continuamos em tempos de reformas, mudanças e/ou inovações, façamo-las para um período de tempo considerável, susceptíveis de serem avaliadas, sem correremos assim o risco do cansaço inerente a processos constantes de mudanças para todos os agentes educativos em geral.

Resta-nos pois, como práticos da educação, avançar para as mudanças

curriculares que urgem acontecer, uma vez que as grandes mudanças sistêmicas e estruturais encontram-se já em curso. Elencamos, assim, os seguintes medidas/ constrangimentos à melhoria da Educação nos próximos anos:

-retomar a carga horária disciplinar no 1º ciclo do ensino básico de acordo com o regime de monodocência, cuja virtualidade propicia aos professores decidir, perante a turma real que têm, se deverão continuar a insistir, em determinado momento da aula, na disciplina de Português e reduzir à Matemática, ou vice-versa, em função das reais dificuldades/potencialidades dos alunos;

retomar a carga horária disciplinar no 1º ciclo do ensino básico de acordo com o regime de monodocência, cuja virtualidade propicia aos professores decidir, perante a turma real que têm, se deverão continuar a insistir, em determinado momento da aula, na disciplina de Português e reduzir à Matemática, ou vice-versa, em função das reais dificuldades/potencialidades dos alunos;

-excessivo número de disciplinas, com dotações horárias reduzidas para algumas delas - o caso mais gritante situa-se no 3º ciclo do ensino básico, em certas disciplinas como História, Geografia, Ciências Naturais, ... onde a maioria das escolas usufrui apenas de um bloco de 90 minutos por semana, em consequência da flexibilidade curricular instituída no ensino básico; o resultado desta medida, obriga professores e alunos a atropelarem as matérias, por falta de tempo para cumprirem os programas, inviabiliza momentos de auto-regulação no ensino/aprendizagem para professores e alunos, pela inexistência de suficiente espaço temporal para a avaliação formativa e para a insistência em técnicas e métodos de ensino mais individualizados e personalizados, inviabiliza o conhecimento e relacionamento próximo com os alunos, essencial ao processo de ensino/aprendizagem - este é, aliás, absolutamente irrisório face ao número de aulas previstas, entrecortadas por largos espaços de tempo de ausência de treino de competências essenciais às disciplinas, principalmente quando há feriados nacionais nesse dia da semana e/ou outras interrupções que se prendem, naturalmente, com as avaliações intermédias dos períodos lectivos e actividades extra-curriculares da escola; por outro lado, os professores destas disciplinas podem chegar ao cúmulo de terem registado no seu horário, para leccionação, dez turmas, o que de todo impossibilita o exercício de um trabalho sério e responsável com esses alunos – este facto, por si só, para além de ser humanamente esgotante para o professor, acarreta todos os vícios de um trabalho rotineiro automatizado, com os inconvenientes anteriormente referidos nesta exposição.

- ainda na sequência da flexibilidade curricular implementada, a excessiva carga horária dos alunos, multiplicada pelas solicitações várias das diferentes disciplinas, cujos professores tentam superar nos trabalhos de casa a falta de tempo para solidificar e, mesmo, aprofundar certas matérias (é também no 3º ciclo que este caso raia a loucura esquizofrenizante para os alunos, professores e encarregados de educação);

-a falta de um currículo básico/essencial e comum a todas as escolas (um core curriculum definido a nível central com cargas horárias estabelecidas a nível nacional), devendo-se deixar unicamente na esfera da escola a

flexibilidade de decidirem opções curriculares diferenciadas de acordo com escolhas locais do currículo, decidindo estas das respectivas cargas horárias unicamente nessas áreas curriculares opcionais, disciplinares ou não disciplinares; obsta-se, assim, aos inconvenientes inerentes às transferências de alunos entre as escolas, onde se verifica com frequência que, devido à diferenciação das cargas horárias, o cumprimento dos programas escolares é irregular e diferenciado entre as escolas;

-a fraca qualidade e a excessiva extensão dos programas de exequibilidade prática duvidosa, sacrificando-se o aprofundamento das questões básicas;

-desarticulação horizontal e vertical entre os diversos níveis e segmentos de ensino, chegando-se à risível realidade de os alunos repetirem a aquisição de conceitos e conhecimentos na mesma disciplina, em diferentes níveis, e até em diferentes disciplinas; experiências de articulação dos programas têm sido feitas em várias escolas, mas com grandes dificuldades de implementação prática, uma vez que os professores de uma maneira geral estão ainda muito arreigados ao manual escolar e ao programa de cada disciplina. Logo, somos de opinião que essa articulação terá de ser feita pelas equipas que elaboram os programas, com a possibilidade de serem supervisionadas por uma equipa geral interdisciplinar, pertencente por exemplo a uma Universidade pública;

-falta de coerência e de unidade de objectivos nos curricula;

- falta de uma clara definição de competências essenciais nas diferentes disciplinas; -subvalorização de aquisição de aptidões básicas que promovam e facilitem a transferência e a aplicabilidade das aquisições cognitivas a situações novas; -sugere-se que a Área de Projecto seja integrada nas diferentes disciplinas, principalmente nas ditas disciplinas experimentais, particularmente no que concerne ao ensino secundário; no ensino básico, a experiência da Área de Projecto apresenta virtualidades;

-inexistência de uma sólida formação geral de base nos alunos, nomeadamente a incorporação de atitudes e valores morais, culturais e cívicos, só possível de ser integrada pelas práticas no cumprimento das regras da Escola, garantindo-se este cumprimento através da co-responsabilização dos encarregados de educação nas atitudes e comportamentos dos seus educandos na escola e na sala de aula, cumprindo-se regras, normas e valores constantes no estatuto jurídico do aluno do ensino não superior, o qual teria que contemplar esta prerrogativa de participação e co-responsabilização dos pais e encarregados de educação na efectiva garantia do cumprimento das regras, sofrendo, por falta de colaboração, uma penalização; o regulamento interno das escolas deverá também contemplar todas as decisões em matéria de disciplina na escola e na sala de aula resultantes de medidas estabelecidas e reguladas centralmente, para além das estabelecidas pela própria escola;

- uma política mais rigorosa na aplicação e justificação das faltas dos alunos, uma vez que o Director de turma não tem possibilidade de aferir da validade das justificações que tendem normalmente a chegar fora de prazo;

- uma deficiente política global de apoios didácticos, nomeadamente na

concepção do manual escolar e no apetrechamento de equipamento tecnológico acessível a todos os professores e alunos, ainda incipiente na maioria das escolas, apesar do esforço nacional da tutela nesse sentido e que se tem vindo a verificar progressivamente; -dar continuidade à política de formação contínua de professores, definindo a tutela áreas prioritárias de formação mas dando espaço de autonomia aos Centros de Formação para que, em sintonia com as escolas, possam definir também um programa de formação contextualizado e que responda, de facto, às reais necessidades de formação das escolas e dos professores; -por último, e não menos despidendo, mas absolutamente estruturante para melhorar a educação nos próximos anos, a diminuição do número de alunos por escola e por turma, uma vez que a situação actual inviabiliza estratégias de ensino/aprendizagem desejáveis em turmas heterogéneas e repletas de alunos com Necessidades Educativas Especiais e currículos adaptados, principalmente no ensino básico.

A Directora do CFAE Braga/Sul
Ana Paula Vilela